

## **“As Construções de Campos: Relato de uma experiência com o Núcleo Londrinense de Redução de Danos”**

**Autor:** Gabriel de Freitas Gimenes ([gfgimenes@gmail.com](mailto:gfgimenes@gmail.com))

Estudante do 3º ano de Psicologia – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

**Co-autores:** Alejandra Astrid León Cedeño ([alejandra@uel.br](mailto:alejandra@uel.br)) – Profa. Depto Psicologia Social e Institucional – UEL.

Gabriela Rodrigues ([gabrielazozo@hotmail.com](mailto:gabrielazozo@hotmail.com)); Gesielene Oliveira de Carvalho ([gcarvalho\\_oliveira@hotmail.com](mailto:gcarvalho_oliveira@hotmail.com)); Gisela Guilherme ([gipkena@hotmail.com](mailto:gipkena@hotmail.com)); Glisiane Zolim Canali ([gliglica@gmail.com](mailto:gliglica@gmail.com)); Isabela Carmona ([isabelacarmona@yahoo.com.br](mailto:isabelacarmona@yahoo.com.br)); Janaína Vieira ([janajab@hotmail.com](mailto:janajab@hotmail.com)); João Paulo Pereira de Souza ([joaopaulopso@gmail.com](mailto:joaopaulopso@gmail.com)); Josiane Souza do Monte ([josi.psicologia@yahoo.com.br](mailto:josi.psicologia@yahoo.com.br)); Marco Correa Leite ([mclmarco@hotmail.com](mailto:mclmarco@hotmail.com)); Vitor Kamizi ([vitorkamizi@hotmail.com](mailto:vitorkamizi@hotmail.com)) e Wagner Ferraz ([cervasecia@gmail.com](mailto:cervasecia@gmail.com)) – Estudantes do 3º ano de Psicologia da UEL

“O campo são os outros...  
O campo somos nós mesmos...”

### **1. INTRODUÇÃO**

Na Universidade Estadual de Londrina começamos a desenvolver em 2008 um projeto de pesquisa pela disciplina Psicologia Social Prática. Nossa proposta teórico/metodológica foi desde o início uma tentativa de aliar a prática da Psicologia Social Comunitária às concepções de campo-tema e cotidiano desenvolvidas por Peter Spink e seu antigo grupo da PUC-SP, tentativa esta que se solidifica no que nós entendemos por Psicologia Comunitária do Cotidiano.

Adotar a postura da Psicologia Social Comunitária significa realizar não apenas uma pesquisa acadêmica, mas antes uma pesquisa-ação participante (Martinez, 2003), na qual se busca transbordar as separações clássicas que marcam tradicionalmente grande parte dos estudos em ciências humanas, a saber: as rupturas teoria/prática, sujeito/objeto de conhecimento, pesquisador/comunidade pesquisada, conhecimento científico/conhecimento popular, pesquisa/transformação social. Desse modo, ao nos propormos fazer uma psicologia social comunitária nos abrimos à possibilidade de buscar um objeto de estudo socialmente relevante, ainda que no aspecto micro, e trabalhar esse objeto de forma a construir coletivamente um conhecimento que, na medida da sua construção, transforme as pessoas nele envolvidas.

Por outro lado, adotar a metodologia do campo-tema significa romper com os caminhos tradicionais de se encaminhar um problema. Isso porque a proposta de Spink é o alargamento das possibilidades de campo por meio de uma certa desterritorialização deste. Assim, campo não é apenas aquele local físico para o qual nos direcionamos para observar nossos sujeitos, fazer anotações no nosso diário e realizar análises posteriormente. O campo é um campo-tema, visto que ele se refere a todas as esferas de vida cotidiana, tanto do próprio pesquisador quanto das pessoas que ele se propõe

estudar. Assim, todos os acontecimentos presentes na vida do pesquisador, que o levaram a eleger determinado objeto de estudo e que o impulsionaram na realização deste estudo já fazem parte do campo-tema. Da mesma maneira as conversas cotidianas que o pesquisador realiza no decorrer de seu dia e o próprio ato de pensar no objeto de estudo já é algo que está dentro do campo-tema (Spink, 2003). Este é, enfim, o conjunto de todas as possibilidades que dizem respeito ao objeto de estudo e que nele interferem direta ou indiretamente:

“Se o campo não é um lugar específico, delineado, separado e distante, segue que estamos sempre potencialmente em múltiplos campos. (...) É esta potencialidade de movimento do pesquisador ou pesquisadora, ou de qualquer pessoa como parte do campo, que mostra não somente as possibilidades, mas também as restrições de acesso aos espaços chaves de argumentação e debate. Campo, entendido como campo-tema, não é um universo "distante", "separado", "não relacionado", "um universo empírico" ou um "lugar para fazer observações". Todas estas expressões não somente naturalizam, mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em conseqüência ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição. O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado - usando a noção de Henri Lefebvre (1991) - herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. Entretanto isso não quer dizer que é um espaço criado voluntariamente. Ao contrário, ele é debatido e negociado, ou melhor ainda, é argüido dentro de um processo que também tem lugar e tempo. (...) Campo, portanto é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes” (Spink, 2003).

A metodologia pautada na noção de campo-tema se caracteriza por não apresentar uma proposta pré-definida, como datas de visitas definidas, roteiros de entrevistas, muito menos propostas de intervenção pré-estabelecidas. Uma vez imerso em um campo-tema, o pesquisador começa um processo coletivo de construção da sua metodologia de pesquisa, e isso se dá pela sua vivência cotidiana com relação ao universo do tema e com relação às pessoas com as quais pretende trabalhar (Spink, 2003).

Como pode-se perceber, a noção de cotidiano está intimamente vinculada com a de campo-tema, visto que toda a tentativa de flexibilização do processo de produção de conhecimento e de ações acontece no cotidiano de nossas vidas, de forma que os campo-temas vão se construindo a partir dos mínimos acontecimentos que perpassam nossos dias, de forma que não precisamos seguir um roteiro pré-planejado de ações, mas antes nos abrimos ao que o campo-tema pode nos oferecer.

Dessa maneira é possível entender melhor nossa proposta de fazer uma Psicologia Comunitária do Cotidiano, que significa, basicamente, tornarmo-nos pesquisadores conversadores e participantes. É uma forma de se atuar em psicologia de maneira que enxerguemos a nós e aos outros primeiramente como pessoas, todas igualmente potentes, para somente após marcarmos as diferenças, sendo que encaramos essas no seu aspecto enriquecedor e não no que nela serve de argumento para exclusões.

Esse artigo é um relato das experiências que tivemos e que ainda estamos tendo com a realização de um projeto de pesquisa em Psicologia Comunitária do

Cotidiano sobre “A Situação dos Filhos de Usuários de Droga pela Perspectiva da Redução de Danos”. Pretendemos demonstrar aqui o caminho e as dificuldades que perseguimos na construção desse tema e tentar transmitir a riqueza que uma pesquisa com tal postura pode proporcionar.

## **2. BUSCAS E APROXIMAÇÕES**

A partir do solo prático/teórico descrito anteriormente nosso primeiro movimento foi a tentativa de delimitação de um objeto, ou de uma esfera de objetos possíveis. Fomos atraídos primeiramente pelo tema dos discursos sobre o vício em drogas, em vista do qual começamos uma busca bibliográfica e realizamos algumas leituras e debates. Na busca por um refinamento de nossas percepções e de uma quebra de nossos preconceitos, assistimos ao filme *Trainspotting*, de Danny Boyle, a partir do qual pudemos começar a discussão sobre uso abusivo de drogas com o cuidado de não nos pautarmos em juízos de valor pré-concebidos.

A partir desse amplo foco nos centramos mais nos discursos dos modelos de tratamento do uso abusivo de drogas. Nesse terreno nos deparamos com a presença de um forte moralismo, tanto por parte dos tratamentos religiosos quanto dos tratamentos médico-farmacológicos. Essas formas de tratamento hegemônicas partem do princípio, de forma mais ou menos explícita, de que o uso de drogas é algo em si errado e imoral, e que, portanto, o tratamento adequado é aquele que busca uma desintoxicação ou purificação do indivíduo, a fim de garantir sua abstinência, ou seja, o não uso absoluto de drogas.

Além da presença desse forte moralismo, percebemos que os diversos modelos de tratamento de uso abusivo de drogas partem de visões que reduzem o processo em apenas alguns aspectos: assim, o tratamento médico que foca somente na ação da droga e na tentativa de sua inibição, e o tratamento religioso, que foca somente na conduta individual (e, principalmente, moral) do usuário.

Foi nesse contexto que descobrimos, a partir da leitura de alguns textos mais críticos, a existência de um programa em relação ao uso de drogas chamado Redução de Danos. A Redução de Danos tem sua história fundada num movimento social desencadeado no fim dos anos 80 por pessoas que haviam contraído o até então desconhecido retrovírus HIV. O surto de infecções e a apreensão diante da contaminação fizeram com que um grupo de soropositivos e usuários de drogas injetáveis de Santos comessem um movimento de reivindicação por uma política pública de saúde que atendesse às suas necessidades, já que tais pessoas contraíam agentes patológicos específicos devido às suas práticas e à falta de cuidados e informações sobre riscos e conseqüências. Durante vários anos essas pessoas reivindicaram um maior acesso às informações a respeito das drogas, das conseqüências do seu uso e de práticas sexuais.

No início dos anos 2000, a Redução de Danos deixou de ser exclusivamente um movimento social instituinte para se tornar uma política pública de saúde instituída, visando reduzir os danos à saúde em conseqüência de práticas abusivas do consumo de drogas que põe em risco a saúde do usuário. O trabalho de Redução de Danos é realizado por agentes que têm acesso aos grupos consumidores, os redutores de danos. Estes redutores visitam lugares onde as pessoas consomem drogas e oferecem ajuda e informações a respeito de seu consumo, além de oferecerem material descartável, que se utiliza para o consumo de drogas (seringas, cachimbos, canudos de silicone, camisinhas), diminuindo o risco de contaminação e intoxicação através do

compartilhamento dos instrumentos utilizados para o consumo de drogas, e da prática de relações sexuais desprotegidas.

Os redutores de danos são profissionais contratados por organizações não-governamentais ou pelo SUS para fazerem o trabalho de redução de danos junto a usuários de drogas, abordando grupos de usuários de drogas nas próprias comunidades. A redução de danos representa uma alternativa ao modelo fundamentado na abstinência e tem como principais objetivos prevenir os usuários de drogas contra possíveis males causados pelo uso dessas substâncias e oferecer um acolhimento, já que são praticamente os únicos a tratarem os usuários como pessoas e não como criminosos, pecadores ou doentes mentais. A redução de danos orienta a execução de ações para prevenção das conseqüências danosas à saúde que decorrem do uso de drogas, sem, necessariamente, interferir na oferta ou no consumo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 11 *apud* Paes & Oliveira, 2009).

Para a Aborda (Associação Brasileira de Redutores de Danos), as ações da Redução de Danos são entendidas a partir da análise da relação triangular droga/sujeito/contexto, considerando agir (qualitativa ou quantitativamente) em qualquer um dos vértices da relação, de modo a obter um resultado final de melhor relação risco/benefício para quem usa e para a coletividade (Campos & Siqueira, 2003).

Praticar a redução de danos é ao mesmo tempo criticar certos valores da sociedade, levando-nos a pensar sobre a questão do tráfico, sobre a saúde pública, sistema penal, entre outros assuntos polêmicos. Portanto, além de uma ferramenta ela é uma visão de mundo que sob certas instituições toma um formato diferente. O discurso da redução de danos não visa impedir o uso, mas sim torná-lo sustentável (é uma interpretação construtiva no sentido de não rotular previamente a ação, mas de compreendê-la). Assim, a redução de danos atua com uma proposta diferente da maioria das abordagens acerca do uso abusivo de drogas que costumam manter o uso de drogas no lugar de marginalização.

Enquanto alguns modelos já exigem abstinência antes mesmo de começar o tratamento, a Redução de Danos se propõe antes a ouvir o usuário e a utilização que ele faz das drogas para, a partir disso, agir diminuindo tanto quanto possível os ocasionais danos que vem sendo acarretados a esse indivíduo pelo uso das drogas, bem como orientá-lo no sentido de fazer um uso menos prejudicial. Desse modo, a Redução de Danos recoloca os usuários no lugar de cidadãos com direito à vida e à saúde e incita nessas pessoas práticas de cuidado de si para que possam ter uma vida social independentemente de conseguirem ou não a abstinência do uso de drogas. A Redução de Danos tem como objetivo transformar a realidade do usuário de drogas de uma situação de marginalização para um lugar de cidadão com direitos, valorizando a sua singularidade e suas escolhas (Souza & Cecchin, 2009).

Tal proposta da Redução de Danos nos pareceu muito mais interessante, tanto pelo seu menor apelo a um moralismo (em vista de se preocupar com a saúde do usuário, e não em limpar sua conduta) quanto pela visão processual com a qual analisa a questão do uso de drogas (remetendo não ao indivíduo ou à droga especificamente, mas à relação entre indivíduo e droga em determinados contextos).

Dessa forma, decidimos nos focar nas práticas em Redução de Danos, momento no qual tomamos conhecimento da existência do Núcleo Londrinense de Redução de Danos (NLRD), que é uma organização autônoma, sem fins lucrativos, que contava com um apoio financeiro da prefeitura de Londrina, composta por dois redutores de danos, uma contadora que administra o núcleo e duas psicólogas que prestam serviços voluntários. Este núcleo realizava diversas atividades em Londrina, entre elas: visitas constantes a mais de sete bairros de periferia, nos quais os redutores

realizavam distribuição de camisinhas e de pomadas para boca, além de conversar com os usuários sobre sua saúde; organização de grupos de discussão sobre uso de drogas e sobre a condição de ser soropositivo; assistência jurídica e psicológica aos usuários; desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre HIV/Aids e sobre uso seguro de drogas; participação em eventos para divulgação de suas práticas.

A partir de 2006 a Redução de Danos foi adotada como política pública de saúde em Londrina, o que fez com a verba que a prefeitura encaminhava para o NLRD fosse cortada para ir para o CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas). Esse corte na ajuda financeira fez com que o núcleo perdesse um pouco de sua potência, situação na qual o número de redutores diminuiu, assim como a quantidade de ações por ele promovidas.

No momento em que conhecemos o núcleo, ele estava composto pelo redutor T. e pela contadora M., e já havia deixado de realizar as visitas nos bairros de periferia, mantendo apenas uma assistência jurídica a usuários de drogas e a existência de um grupo de discussões com pessoas soropositivas. Apesar da sua situação difícil, o núcleo continuou tendo uma relevância social muito grande, de modo que decidimos nos aproximar dele para conhecer as pessoas nele envolvidas e para alargar nossas possibilidades de ação.

### **3. AS CONSTRUÇÕES DE CAMPOS**

Começamos a construir um grande campo-tema a partir da familiarização com as pessoas do núcleo. Fizemos isso convidando-as para irem às nossas aulas e conversarem conosco. Como explicado na introdução, realizamos conversas informais sem qualquer predefinição de perguntas ou de temas a serem discutidos.

Convidamos primeiramente a psicóloga F., que atuou durante um tempo no núcleo como voluntária. Ela nos contou bastante sobre a história da Redução de Danos no Brasil e em Londrina, além de ter nos fornecido material sobre o assunto (história e material que foram utilizados na explicação sobre a Redução de Danos no tópico anterior do texto). Após essa conversa, que foi muito esclarecedora para conhecermos definitivamente o que era Redução de Danos e o que era o núcleo convidamos o redutor de danos T. para ir a nossa sala.

T. é uma das pessoas mais ativas no núcleo, e sua prática como redutor reflete toda a sua vida, uma vez que ele mesmo é um usuário de drogas e soropositivo. Dessa forma, sua ação como redutor é muito específica e rica, de maneira que é muito difícil encontrar alguém com a mesma experiência prática que ele. Conversamos muito sobre a vida dele primeiramente e sobre o cotidiano atual dele como redutor de danos. T. nos contou da sua postura em campo com os usuários e sobre como ele abordava os usuários ao mesmo tempo em que nos passavam os princípios da Redução de Danos, como a preocupação com a saúde e com a humanização do usuário.

Após essa conversa convidamos a contadora M., outra participante muito ativa do núcleo, para nos contar sobre a situação administrativa deste. Após termos compreendido melhor quais eram as ações que o núcleo estava realizando, perguntamos a ela que demandas este tinha e que nós poderíamos contribuir com nossa pesquisa. Foi nesse momento que M. nos disse sobre uma lacuna de conhecimento sobre a situação dos filhos de usuários de drogas, a partir do que definimos nosso objeto de pesquisa. Dessa forma, após praticamente cinco meses de imersão no campo-tema do uso de drogas conseguimos definir um objeto de estudo para construirmos coletivamente em parceria com o núcleo.

Após essa definição mais específica do tema, estreitamos ainda mais nossos laços com o núcleo. Visitamos a casa onde este funcionava e participamos de uma oficina com a psicóloga C. que estava lá naquele dia. Algumas semanas depois fomos à casa mais uma vez e realizamos uma oficina sobre campo com o redutor T., na qual aprendemos mais ainda sobre a postura de um redutor em campo e sobre sua prática. Decidimos como que naquele momento seria importante começarmos visitar alguns bairros para conversarmos com os usuários e buscar compreender melhor a situação de seus filhos.

Foi precisamente nesse momento de nos direcionarmos para os bairros que começamos a encontrar tanto nossas maiores dificuldades quanto as do núcleo. Isso porque definimos primeiramente dois bairros para realizarmos nossas visitas, aos quais iríamos com a companhia de duas redutoras locais. Entretanto, uma delas ficou grávida e a outra não queria fazer o trabalho sozinha, de maneira que ficamos sem ajuda e não poderíamos mais visitar aqueles locais. Ficamos um bom tempo sem fazer nenhuma visita, em vista de o próprio redutor T. não realizar mais visitas também.

Nos vimos em uma situação complexa, visto que tínhamos um objeto em vista, mas não conseguíamos chegar nas pessoas para discuti-lo. Foi nesse momento que a proposta do campo-tema começou a fazer mais sentido para nós, uma vez que, mesmo não realizando as visitas, começamos a nos aprofundar no tema de maneiras variadas. Começamos a ler o livro Cabeça de Porco, de M.V Bill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares, para conhecermos melhor a situação do tráfico de drogas nas favelas brasileiras, assistimos documentários sobre RD fornecidos por T. e assistimos o documentário Falcão – meninos do tráfico, de M.V Bill e Celso Athayde, que mostrava a situação de muitos meninos que trabalham no tráfico, muitos dentre os quais eram filhos de usuários de droga.

Juntamente com esses vídeos, fomos nos aproximando mais ainda de T., o que foi muito enriquecedor, já que sua experiência de campo servia de abundante material para discutirmos. Mesmo apesar de não termos realizado até aquele momento nenhuma visita, já estávamos conseguindo produzir bastante conhecimento juntamente com T., e um conhecimento que vinha nos transformando profundamente, o que nos deixava muito impressionados. Estávamos conseguindo nos apropriar do cotidiano de T., o que já era um enorme campo, além de permitir que a vida dele e que os vídeos que assistimos ocupassem nossos cotidianos também. A metodologia do campo-tema estava funcionando e nos levando para nosso tema de estudo, ainda que muitos de nós não compreendessem o processo e estivessem com a sensação de não estar fazendo nada. O próprio T., enfim, havia se tornado parte de nosso campo.

#### **4. O CAMPO SÃO OS OUTROS**

Diante dessa situação de não conseguirmos realizar visitas aos bairros e ficarmos mais em conversas com T. e entre nós, deparamo-nos com uma reflexão de T. sobre sua prática que mexeu muito conosco. Um dia em nossa sala de aula T. nos disse como que, uma vez que estava muito difícil para ele ir aos bairros, ele estava buscando novos campos, e que o principal campo que ele estava construindo era a universidade, era nós mesmos. Nesse momento ele comentou conosco: “O campo, enfim, são os outros. O campo é onde o outro está, independentemente do local”.

Essa colocação de T. fez muito sentido para nós, já que, na falta de uma visita concreta para debatermos, ele havia se tornado nosso campo. Ao mesmo tempo em que nós havíamos nos transformado no campo dele. Percebemos como que a relação de

pesquisa era recíproca, e sentimos na pele a noção da psicologia comunitária do cotidiano, a partir da qual todos somos pessoas e que todos, de uma forma ou de outra, pesquisamos e somos pesquisados. De fato, em qualquer local em que nos deparamos com o outro, estamos em uma situação de campo...

Justamente nesse momento em que estávamos conseguindo lidar de uma maneira muito construtiva com nossa ausência de um lugar específico de pesquisa, surgiu o inesperado: conseguimos marcar com T. uma visita para dois bairros carentes de Londrina.

Isso foi impressionante, porque fazia muito tempo que T. não realizava visitas como redutor de danos. Sentimos claramente que nossa presença havia estimulado ele a voltar para os bairros, ou seja, nós como campo havíamos reaberto a possibilidade dele como redutor de danos. A visita foi maravilhosa, pudemos conhecer dois bairros com forte intensidade de tráfico de drogas e de uso, ainda que fossem dois bairros relativamente tranqüilos (pelo menos no dia da visita e a partir de nosso olhar estrangeiro). Uma vez que era um pouco cedo (umas 17:00h), não encontramos muitos usuários de droga para conversarmos, entretanto a experiência já foi muito válida tanto por poder ver T. em ação como redutor, quanto por poder mostrar nossa presença para os moradores dos bairros.

Após muito tempo buscando uma experiência “real” de campo, a realização dessa primeira visita deu um ânimo muito grande tanto para nós quanto para T., o que aprofundou mais ainda nossos laços com o núcleo. De fato, o que estava acontecendo era que, ao mesmo tempo em que pesquisávamos a situação dos filhos de usuários de drogas, o próprio núcleo (principalmente na pessoa do T.) e nós mesmos havíamos nos transformados em objetos de pesquisa. Ou seja, passamos por tanto tempo desejando a visita para começarmos a pesquisa, sendo que, no momento em que realizamos a primeira visita, a pesquisa já havia começado a muito tempo e já estava bem avançada, ainda que não percebêssemos isso com tanta clareza.

Depois dessa visita inicial marcamos outra, que acabou sendo mal sucedida em vista de termos nos desencontrado de T. no ponto onde havíamos marcado de nos encontrar. Mesmo apesar de não termos encontrado T., demos uma volta pelo bairro e sentamos em um bar para tomarmos cerveja. O que de início pareceu ser um fato simples acabou se transformando em uma excelente experiência de campo. Isso porque conversamos entre nós sobre nossas sensações e sobre o que estávamos descobrindo, e principalmente porque algumas das pessoas do bar vieram conversar conosco, o que promoveu uma certa aproximação entre nós e aquelas pessoas daquele bairro. Pudemos conhecer, ainda que por tabela, um pouco mais da vida daquelas pessoas. Definitivamente, o campo eram os outros.

## **5.O CAMPO SOMOS NÓS**

Após essas experiências, nas quais construímos um intenso conhecimento sobre redução de danos em geral, sobre a redução de danos que é praticada em Londrina pelo núcleo e sobre sua situação, sobre as dificuldades de se realizar um trabalho de redução de danos e sobre a vida de algumas pessoas dos bairros que visitamos, começamos a nos dedicar a buscar conversar com pessoas filhas de usuárias de droga.

O próprio T. continuou a ser campo nesse sentido, uma vez que ele mesmo era usuário de drogas e tinha uma filha. Não conseguimos entrar em contato direto com sua filha, mas conversamos com ele sobre sua relação com ela. Durante essa conversa vimos coisas muito diferentes do que havíamos lido nos textos de psiquiatria sobre a

relação de usuários de droga com seus filhos. Isso porque, ao contrário do que havíamos lido naqueles textos, a relação de T. com sua filha era extremamente saudável, e ele mesmo policiava seu uso diante dela, uma vez, como ele mesmo nos disse, ele não sentia bem em usar drogas perto dela. A própria filha de T. agia como redutora de danos dele, já que, quando ele passava dos limites, era sua filha quem lhe alertava. O mais interessante que T. nos disse era que sua filha também tinha interesse em se tornar uma redutora de danos.

Cada um de nós de nosso grupo começou a procurar filhos de usuários de droga para conversar, e nesse movimento aconteceu algo muito interessante. Todos de nosso grupo trouxeram relatos muito intensos de pessoas muito próximas, tais como parentes ou amigos. Esses relatos se deram também a partir de conversas informais, nas quais vivenciamos histórias de muito sofrimento, onde pais haviam se separado de seus filhos por causa do uso de drogas, amigos haviam se separados, e também de superação, nas quais após os sofrimentos os filhos conseguiram voltar a se relacionar saudavelmente com seus pais.

Percebemos que ficamos durante um bom tempo buscar um bairro distante para visitar para investigar nosso assunto de pesquisa quando, na realidade, o tema estava o tempo todo no nosso redor mais íntimo, nas nossas próprias vidas, nos nossos próprios lares e vínculos afetivos. Ficamos durante um certo momento obcecados pela idéia de irmos a um lugar diferente, quando na verdade não precisaríamos nem ter saído de casa para pesquisarmos a situação de filhos de usuários.

Com isso demos um outro passo importante na compreensão da nossa psicologia comunitária do cotidiano: a de que o campo somos nós mesmos também. Essa experiência foi muito intensa, porque ficamos (e ainda estamos) durante aproximadamente um ano e meio imersos no campo-tema do uso de drogas e da redução de danos, e nessa imersão passamos por diversos momentos que culminaram no ponto em que voltamos para nós mesmos.

Ficamos durante um bom tempo caminhando por textos, por vídeos, por conversas com pessoas que não conhecíamos, e com isso descobrimos que o campo era o outro. Após isso, depois de tanta busca, arrumamos depoimentos que partiram de nossos próprios cotidianos, o que demonstrou para nós que o campo é também nós mesmos. Isso foi muito simbólico, porque conseguimos construir um percurso que partiu de nós para encontramos o outro, para após esse encontro, reencontrarmos nós mesmos, em um movimento de afetação contínuo no qual descobrimos o outro e redescobrimos nós mesmos como imensas possibilidades de campo.

## **6. CONCLUSÕES..... ainda que parciais**

Nossa pesquisa ainda está em andamento, porém, após todo esse tempo de experiências podemos tirar algumas conclusões tanto sobre o tema pesquisado quanto sobre nossa metodologia de pesquisa.

Sobre o tema dos filhos de usuários a partir da perspectiva da redução de danos, pudemos ver como que a prática de redução de danos é uma prática humanizadora, e que isto é o mais importante em uma situação de uso de drogas. O uso abusivo de drogas propicia males à saúde de um indivíduo dependendo dos contextos nos quais ocorre, tanto da sua relação com seu próprio corpo quanto da sua relação com os outros. Porém, o maior mal que acomete uma pessoa que usa drogas é a marginalização. Isso porque, a partir dos preconceitos de que todo uso é um abuso, as pessoas que usam drogas ficam rotuladas de viciadas, de incapazes. A redução de danos praticada em Londrina nos mostrou que o maior problema não é a droga em si, mas o

fato de que a pessoa que usa droga aceita o rótulo de não ser mais uma pessoa, de ser apenas um viciado. A partir do momento em que a pessoa consegue manter um uso consciente e preocupado com a saúde, não tem porque essa pessoa não conseguir manter relações estáveis na sociedade, como emprego, família, filhos, etc.

Percebemos como que reduzir os danos do uso de drogas não é apenas minimizar os males causados pela substância em si apenas, mas também minimizar os danos dos preconceitos que são criados em torno do usuário, e que este mesmo acaba por incorporar, o que faz com ele mesmo se veja como um caso perdido. A redução de danos mostra como que todo mundo é pessoa, independentemente o uso que faz, de forma que todos são capazes de viver de forma digna, e de ter uma família, como qualquer um.

Quanto à nossa proposta de trabalho, definida por nós como Psicologia Comunitária do Cotidiano, percebemos até então o quanto ela é muito maior do que nós mesmos havíamos pensando. Isso porque ela demonstrou ter um potencial de transformação que transbordou a nós mesmos e fez com que todos nós se remontassem como pessoas. Essa proposta de pesquisa se mostrou ser muito rica porque cada momento vivido no processo foi proveitoso, principalmente as dificuldades e as faltas. Foi justamente nos momentos em que não víamos alternativas que elas surgiam. Foi justamente quando estávamos perdidos que nos encontramos.

Nesse processo pudemos desbravar tantas possibilidades de campo óbvias, mas que estavam escondidas, que são os outros e nós mesmos. Acreditamos que a principal conclusão sobre essa pesquisa é da importância em estarmos abertos para os outros e para nós, a fim de desnaturalizar nossa visão, desprendermos de nossos preconceitos para podermos ver e sentir mais intensamente o que nos cerca.

## 7. REFERÊNCIAS

CAMPOS, M. A.; SIQUEIRA, D. J. R. Redução de danos e terapias de substituição em debate: contribuição da Associação Brasileira de Redutores de Danos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. v 52, n 5, p 387- 393, 2003.

FIGLIE, N.; FONTES, A.; MORAES, E.; PAYÁ, R. Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: necessitam de um olhar especial?. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 31, n. 02, 2004.

MacRAE, E.; GORGULHO, M. Redução de Danos e Tratamento de Substituição – Posicionamento da Reduc (Rede Brasileira de Redução de Danos). *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. vol. 52, set-out 2003, pp. 371-374.

MARTINÉZ, M. M. *Conocimientos, Agentes y Articulaciones: Uma mirada situada a la Intervención Social*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Aberta da Catalunha, 2001.

PAES, P. C. D.; OLIVEIRA, M.W. *Educação no programa de redução de danos: alienação ou práxis educativa*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-2635--Int.pdf>. Acessado em junho de 2009

ROLNIK, S. *Toxicômanos de Identidade – subjetividade em tempo de globalização*. pp. 19-24. Em: LINS, D. S. (org.). *Cultura e Subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997.

SOUZA, L. S.; CECCHIN, R. *Ética e Redução de Danos*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/e-psico/etica/reducao-de-danos-texto.html>. Acessado em junho de 2009.

SPINK, P. K. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma Perspectiva Pós-Construcionista. *Psicologia e Sociedade*, vol. 19, n. 2, Porto Alegre Jul./Dez. 2003.

\_\_\_\_\_. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. *Psicologia e Sociedade*, vol. 20, Porto Alegre, 2008.

T. *Redutor de Danos do Núcleo Londrinense de Redução de Danos*. Conversas realizadas no período do segundo semestre de 2008 até o primeiro semestre de 2009.

UNIVERSITAT OBERTA DE CATALUNYA. *Psicología Social de los Problemas Sociales: ¿Que hacemos frente a un problema social? – Métodos Participativos: la participación para la transformación social*. Apostila desenvolvida pelo núcleo de Psicologia Social, 2005.